

# COMISSÃO DO ESPORTE

## PROJETO DE LEI Nº 3.726, DE 2020

Altera o art. 87-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para assegurar à atleta profissional gestante a manutenção de renda equivalente à sua remuneração total.

**Autor:** Deputado CARLOS BEZERRA

**Relator:** Deputado OTONI DE PAULA

### I - RELATÓRIO

Este Projeto de Lei, de autoria do Sr. CARLOS BEZERRA, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para assegurar à atleta profissional gestante a manutenção de renda equivalente à sua remuneração total.

Dessa forma, insere no art. 87-A, que regulamenta o direito ao uso da imagem do atleta e sua relação com a remuneração acordada no contrato de trabalho do atleta, para determinar que

“§ 2º O contrato especial de trabalho desportivo e o contrato de direito de imagem da atleta profissional gestante deverão ser mantidos, pelo menos, até 5 (cinco) meses após o parto, inclusive quando, após a confirmação da gravidez, terminarem os prazos estabelecidos nos referidos contratos, ficando assegurado o recebimento de renda equivalente à remuneração total a que se refere o § 1º deste artigo.”

A Mesa Diretora distribuiu a proposição às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher); e Esporte (Cespo), para apreciação conclusiva de mérito; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para parecer terminativo de constitucionalidade e juridicidade da matéria. Tramita sob regime ordinário.



A matéria foi aprovada na CMulher, nos termos do parecer apresentado pela relatora, Deputada Flávia Morais.

Na Comissão do Esporte, transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas. Cabe-nos nesta oportunidade, por designação da Presidência, apreciar o mérito desportivo.

É o **Relatório**.

## II - VOTO DO RELATOR

Este projeto de lei tem por objetivo assegurar o direito das atletas profissionais gestantes ao afastamento remunerado em virtude da maternidade.

Nos termos da Justificação, a iniciativa surgiu em razão do caso enfrentado pela jogadora de vôlei Tandara, que teria perdido a remuneração oriunda do direito de imagem, que compunha substancialmente sua remuneração total, quando ficou grávida. Seu contrato de imagem não teria sido renovado após a comunicação da gestação, restando a ela apenas os valores do contrato de trabalho.

A iniciativa é meritória e consistente com o esforço desta Casa em garantir às atletas gestantes o direito à licença maternidade assegurado a outras categorias profissionais. Em maio de 2023, o plenário desta Casa aprovou a manutenção da bolsa-atleta para as atletas beneficiárias gestantes.

O Projeto demanda, no entanto, reparo, em virtude da sanção, em 15 de junho passado, da Lei nº 14.597/2023, que institui a Lei geral do esporte e que prevê em parte a matéria. O § 10 do art. 86 da Lei recém-sancionada estabelece que “os contratos celebrados com atletas mulheres, ainda que de natureza cível, não poderão ter qualquer tipo de condicionante relativo a gravidez, a licença-maternidade ou a questões referentes a maternidade em geral”. Proponho que esse dispositivo seja alterado e não o da Lei Pelé, na forma apenas do acréscimo, ao seu final, do seguinte texto do projeto: “ e deverão ser mantidos, pelo menos, até 5 (cinco) meses após o



parto, inclusive quando, após a confirmação da gravidez, terminarem os prazos estabelecidos nos referidos contratos”.

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.726, de 2020, do Sr. Carlos Bezerra, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado OTONI DE PAULA  
Relator

2023-8775



\* C D 2 3 4 7 6 3 4 7 0 7 0 0 \*



## COMISSÃO DO ESPORTE

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.726, DE 2020

Altera o § 10 do art. 86 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que “Institui a Lei Geral do Esporte”, para assegurar à atleta profissional gestante a manutenção de renda equivalente à sua remuneração total.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo alterar a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que “Institui a Lei Geral do Esporte”, para assegurar à atleta profissional gestante a manutenção de renda equivalente à sua remuneração total.

Art. 2º O § 10 do art. 86 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que Institui a Lei Geral do Esporte, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86.....

§ 10. Os contratos celebrados com atletas mulheres, ainda que de natureza cível, não poderão ter qualquer tipo de condicionante relativo a gravidez, a licença-maternidade ou a questões referentes a maternidade em geral, e deverão ser mantidos, pelo menos, até 5 (cinco) meses após o parto, inclusive quando, após a confirmação da gravidez, terminarem os prazos estabelecidos nos referidos contratos.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão, em de de 2023.



Deputado OTONI DE PAULA  
Relator

2023-8775

Apresentação: 29/06/2023 15:24:10.507 - CESPO  
PRL 1 CESPO => PL 3726/2020

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otoni de Paula  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234763470700>

